

1ATA DA XX REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS 2HÍDRICOS - CNRH

3**Abertura.** Às dez horas do dia dezenove de março de 2007, no Auditório Avelino Costalonga, Edifício
4Sede da Codevasf, em Brasília-DF, foi iniciada a sessão para a XX Reunião Extraordinária do Conselho
5Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, sendo convidados para composição da mesa a Ministra de
6Estado do Meio Ambiente e Presidente do CNRH, Sra. Marina Silva, o Secretário Nacional de Recursos
7Hídricos e Secretário Executivo do CNRH, Sr. João Bosco Senra, o Diretor Presidente da Agência
8Nacional de Águas – ANA, Sr. José Machado, o relator no Senado Federal do Projeto de Lei da Lei nº
99.433, de 1997, Senador Bernardo Cabral, e o Secretário de Estado de Meio Ambiente e
10Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, Ministro José Carlos Carvalho. Com a palavra, a
11**Ministra Marina Silva** iniciou dando bom dia aos conselheiros e presentes, cumprimentando de forma
12especial os integrantes da mesa. Falou da importância desta reunião por ser a 20ª extraordinária do
13CNRH, e por sentir o mesmo entusiasmo dos conselheiros e conselheiras desde as primeiras reuniões que
14havia participado. Comentou ainda sobre a sua felicidade em ter convivido com este Conselho durante os
15últimos quatro anos, parabenizando o grande trabalho realizado pelos conselheiros deste CNRH,
16considerado o "Parlamento das Águas Brasileiras", e ainda, pelas inúmeras reuniões das Câmaras
17Técnicas, no debate de assuntos ligados à gestão dos recursos hídricos no País. Comentou, também, sobre
18o esforço de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, considerando-o como uma
19grande contribuição para o País e enaltecendo a divisão em 12 regiões hidrográficas, cada uma delas com
20responsabilidades na implementação e articulação do Plano. Destacou ainda mais esta abertura da Semana
21das Águas, mencionando a realização da Oficina, organizada pela SRH/MMA, para discussão das
22propostas de detalhamento dos Programas e Subprogramas do PNRH. Após a abertura, deu início ao item
23da pauta “Comemoração dos 10 anos da Lei nº 9.433”, de reconhecimento do trabalho realizado por
24pessoas que se dedicaram a esta Lei e à implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de
25Recursos Hídricos. Citou nominalmente o Senador Bernardo Cabral e o Ministro José Carlos Carvalho.
26Justificou a ausência do ex-Deputado Federal Sr. Fábio Feldman por problemas de saúde. Apontou os
27diferentes espaços de formulação e de implementação das políticas ambientais, como o próprio CNRH, o
28Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, a Comissão Nacional da Biodiversidade -
29CONABIO, a Comissão Nacional do Programa de Florestas – CONAFLO, a Comissão Coordenadora
30Nacional de Comunidades Tradicionais, ressaltando a importância das diretrizes do MMA no controle e
31participação da sociedade para a criação de estruturas concretas e efetivas na constituição de espaços
32onde a sociedade pudesse ter acesso à informação e atuar contribuindo para a implementação da Política
33Nacional de Meio Ambiente, nas suas diferentes frentes. Disse que se sentia parte dessa homenagem, pelo
34fato de ter participado com o Brasil na criação da sua Lei das Águas, na criação da ANA, no PNRH e no
35Plano Nacional de Combate à Desertificação. Parabenizou o Secretário João Bosco Senra, o Sr. José
36Machado, e respectivas equipes pelo trabalho desenvolvido, destacando também o que viria sendo feito
37ao longo desses anos pelos conselheiros do CNRH. Desejou uma boa reunião a todos e disse aos
38homenageados que levassem consigo o apreço e a certeza de que esta homenagem teria sido feita como
39uma forma de gratidão e de compromisso com o que se tinha conseguido até o momento na gestão de
40recursos hídricos do País. Foi então iniciada a comemoração dos 10 anos da Lei nº 9.433, nesta reunião
41com essa homenagem às personalidades que se dedicaram ao funcionamento e à evolução do Sistema e da
42Política Nacional de Recursos Hídricos, na forma de uma placa comemorativa. Foi convidado o Senador
43Bernardo Cabral para receber a homenagem das mãos da Ministra Marina Silva, sendo em seguida ouvido
44o pronunciamento dele. O **Senador Bernardo Cabral** cumprimentou os companheiros da mesa, falou
45sobre a honra em receber a homenagem e contou da sua satisfação quando da publicação da Lei nº 9.433,
46de 1997, e depois da Lei nº 9.984, de 2000, de criação da ANA. Disse que registraria no seu currículo
47esse momento de alegria e mais uma vez agradeceu. Em seguida, o Ministro José Carlos Carvalho
48recebeu a sua placa das mãos do Diretor Presidente da ANA, Sr. José Machado. Em sua fala, o **Ministro**
49**José Carlos Carvalho** cumprimentou a Ministra, os colegas de mesa e os membros do CNRH. Disse que
50agradecia sensibilizado essa homenagem e ressaltou que uma lei, além de servir como instrumento legal,
51seria uma expressão da vontade política pactuada num determinado momento da história, sendo que
52coubera ao Senador Cabral conduzir o pacto que originara a Lei nº 9.433. Indicou essa Lei como um
53instrumento poderoso de gestão das águas, sendo um marco na reforma do estado brasileiro e na
54modernização para a gestão democrática do País. Disse ter tido a oportunidade de colocar alguns tijolos
55nessa obra e que, portanto, a sua felicidade nisso. Agradeceu à Ministra Marina Silva e disse que o País
56deveria continuar trilhando uma gestão colegiada para os seus recursos hídricos, com a participação do
57governo e da sociedade como um todo. Findas as homenagens, permaneceram à mesa a Sra. Ministra
58Marina Silva e o Secretário Executivo do CNRH, Sr. João Bosco Senra, o qual disse que as homenagens

59aos relevantes serviços prestados à política das águas no País prosseguiriam na próxima reunião do
60CNRH, com convites ao Ministro Gustavo Krause, ao Deputado Aroldo Cedraz e ao Deputado Fábio
61Feldman, que teriam justificado sua ausência nesta oportunidade. Dando continuidade à reunião, o
62Secretário **João Bosco Senra (SRH/MMA)** solicitou a presença do Sr. Luiz Cláudio Figueiredo
63(SRH/MMA) para compor a mesa e auxiliar nos trabalhos. Apresentou então à Sra. Ministra o Relatório
64de Atividades do CNRH, período 2005 a 2006, ressaltando o profícuo trabalho dos conselheiros no
65período. Disse que esse Relatório teria sido entregue a cada um dos Conselheiros presentes. Comentou
66sobre a chegada de mais essa Semana da Água, com muitos motivos para comemorações e também
67muitos desafios a serem superados, ressaltando o esforço de mais de 10 mil pessoas em todo o País,
68participantes dos Comitês de Bacia, dos Conselhos Estaduais, da construção do Plano Nacional e das
69Câmaras Técnicas do CNRH, com importantes contribuições para o avanço da Política das Águas.
70Solicitou ao Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA) a verificação do *quorum* do Plenário, sendo
71informado da presença no plenário de número suficiente de Conselheiros para o início dos trabalhos
72deliberativos. O **Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA)** realizou então a leitura dos informes e
73procedimentos regimentais para a reunião. Leu então as indicações de novos Conselheiros: Sr. Tarcísio
74Alves de Oliveira, Conselheiro suplente pelo Ministério da Defesa; Sr. Fernando Henrique Schuffner
75Neto, Conselheiro suplente pelo segmento das Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica; Sr.
76Jean Kulmann, Conselheiro titular pelo Conselho de Recursos Hídricos de Santa Catarina; Sra. Vera
77Lúcia Maróstica Callegaro, Conselheira suplente pelo Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do
78Sul; Sr. Chico Graziano, Conselheiro suplente pelo Conselho de Recursos Hídricos de São Paulo; Sr.
79Gustavo Souto Maior, Conselheiro titular pelo Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal; Sr.
80Júlio César de Sá da Rocha, Conselheiro titular pelo Conselho de Recursos Hídricos da Bahia; Sr. César
81Augusto Pinheiro, Conselheiro suplente pelo Conselho de Recursos Hídricos do Ceará; Sr. Jorge Briseno
82Torres, Conselheiro titular pelo Conselho de Recursos Hídricos de Alagoas; Sr. João Bosco de Almeida,
83Conselheiro titular pelo Conselho de Recursos Hídricos de Pernambuco; e, Sr. Anízio Costa Pedreira,
84Conselheiro suplente pelo Conselho de Recursos Hídricos de Tocantins. A **Ministra Marina Silva**
85declarou então empossados os novos Conselheiros do CNRH, desejando boas vindas. Avisou sobre a
86realização da Oficina de Detalhamento dos Programas e Sub-programas do PNRH, em Brasília-DF, no
87Hotel Nacional, com início na tarde deste mesmo dia 19 de março. Disse que, em data adjacente à
88próxima reunião do CNRH, estava prevista a realização de um Seminário sobre Mudanças Climáticas e
89Recursos Hídricos, destacando a importância do tema. Desejou a todos uma boa reunião, dizendo que os
90reencontraria na parte da tarde na Oficina. O **Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA)** argüiu o plenário e
91comunicou a inexistência de matérias apresentadas em requerimento de urgência. Solicitou ao **Sr. Luiz**
92**Cláudio Figueiredo (SRH/MMA)** que procedesse a leitura da Ordem do dia, conforme a seguir: 1.
93Aprovação da Ata da XVI Reunião Ordinária do CNRH; 2. Deliberação sobre propostas de Resolução:
942.1. Aprova a proposta do Sistema de Gerenciamento Orientado para os Resultados do Plano Nacional de
95Recursos Hídricos – SIGEOR – encaminhada pela CT do Plano Nacional de Recursos Hídricos –
96CTPNRH; 2.2. Estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o
97Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as
98prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inc. II do §
991º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000 –
100encaminhada pela CT de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB; 3. Apresentações: 3.1.
101“Sistema de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Recursos Hídricos –
102SIAPREH” – SRH/MMA; 3.2. “Relatório de Andamento da Instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica
103do Rio Paranaíba” – ANA. Não havendo propostas de alteração da Ordem do dia, o Sr. João Bosco Senra
104(SRH/MMA) passou ao **Item 1 - Aprovação da Ata da XVI Reunião Ordinária do CNRH**. O **Sr. João**
105**Clímaco (ONGs)** disse que havia acordado durante a Reunião, com o Sr. Josemá Azevedo, então
106Secretário de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte, a realização de quatro audiências
107públicas para avaliação do Programa de Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semi-árido
108Potiguar em conjunto com representação da sociedade civil e movimentos sociais locais. Portanto,
109solicitou a inclusão desse registro na ata. Sendo essa a única alteração solicitada, a ata foi aprovada. Antes
110de passar ao item seguinte, o **Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA)** anunciou a presença do Deputado
111Aroldo Cedraz, um dos homenageados do dia, na condição de relator na Câmara dos Deputados do PL da
112Lei nº 9.433, de 1997. A placa de homenagem foi entregue a ele pelo Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA).
113Em sua fala, o **Dep. Aroldo Cedraz** cumprimentou os presentes e salientou a sua preocupação com que o
114então PL fosse discutido no âmbito das Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado, também
115procurando-se ouvir a sociedade brasileira. Disse que esse trabalho teria durado mais de três anos, tendo
116sido gratificante se alcançar uma lei cidadã, construída com a participação dos usuários, respeitada por
117todos brasileiros, independente de sua ideologia social, política e ideológica, e que buscara o respeito dos

118parceiros internacionais. Indicou que a Lei viria sendo alvo de pequenas modificações, mas que se
119haveria de continuar vigilante na expectativa de que em alguns anos ela seja totalmente compreendida e
120defendida pela sociedade, pois fora montado um Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos,
121inclusive com previsão de autonomia econômico-financeira. Finalizando, disse que como cidadão
122brasileiro queria continuar dando contribuições ao sistema de recursos hídricos e que se sentia muito
123honrado com a placa outorgada nesse momento. Em continuidade, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA)
124agradeceu a presença do Dep. Aroldo Cedraz e passou ao **Item 2.1 - Deliberação sobre proposta de**
125**Resolução que aprova a proposta do Sistema de Gerenciamento Orientado para os Resultados do**
126**Plano Nacional de Recursos Hídricos – SIGEOR**. Convidou o Presidente da Câmara Técnica de
127Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, **Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA)**, para encaminhar a
128matéria. Este cumprimentou a todos e disse que esse item de pauta seria mais um passo para efetivação da
129Lei nº 9.433, de 1997, através da aprovação dessa proposta de Resolução (**Anexo I**), que inclusive se
130constituiria em um dos Subprogramas do PNRH. Informou que o Grupo Técnico de Controle e
131Acompanhamento do PNRH - GTCE, composto por técnicos da ANA e da SRH/MMA, entendera pelo
132encaminhamento desse item para aprovação pelo seu caráter estratégico na implementação do PNRH.
133Convidou então o Sr. Ney Maranhão (ANA), na condição de representante do CTCE, para fazer a
134apresentação técnica sobre o SIGEOR. **O Sr. Ney Maranhão (ANA)** disse que em sua apresentação
135(**Anexo II**) iria percorrer quatro itens básicos: 1. Contexto do SIGEOR dentro do PNRH e os conceitos
136associados; 2. Estruturação do SIGEOR dentro do PNRH; 3. Implementação do SIGEOR; e, 4.
137Conclusões. Lembrou que o SIGEOR corresponderia a uma das metas do PNRH, conforme definido no
138Volume 4, que seria desenvolver, propor e aprovar no âmbito do CNRH um Sistema de Gerenciamento
139Orientado para Resultados, estando associado a um horizonte emergencial de implementação do Plano,
140com previsão de conclusão até o final deste primeiro semestre de 2007, conforme o Documento
141"Estratégias de Implementação do PNRH" (**Anexo III**). O Sr. Ney Maranhão (ANA) disse que o SIGEOR
142fora elaborado com o objetivo de criar nas instituições uma cultura de gestão baseada em fatos e dados
143voltados para o atingimento de resultados e metas, de forma transparente e com responsabilidade, que só
144se justificariam quando os responsáveis pela implementação e operação os utilizassem para melhorar os
145serviços prestados e os seus resultados, assegurando que os recursos públicos sejam usados de forma
146efetiva. Falou que da experiência reunida de aplicação desse Sistema, as condições ideais ocorreriam
147quando os responsáveis pela implementação desses planos, programas e projetos pudessem definir e
148medir os resultados em termos dos benefícios produzidos ou ainda, do valor percebido pelo público. A
149grande contribuição de um sistema de gerenciamento desse tipo, destacou, seria transferir o foco da
150avaliação da atividade para o seu resultado. Ressaltou que na implementação do SIGEOR se deveria
151atentar para algumas peculiaridades do PNRH: 1. o PNRH como um plano sempre em construção,
152lidando com incertezas; 2. a sua complexidade, por oferecer acesso a uma grande quantidade de autores
153em todas as etapas de sua execução, seu caráter multidisciplinar e transversal. Por oportuno, lembrou que
154o SIGEOR seria construído gradualmente junto com o próprio PNRH. Passou então a demonstração da
155estrutura prevista para o SIGEOR, em três níveis diferenciados: 1º Superior, voltado para funções de
156supervisão geral, integrado pelo CNRH e a CTPNRH, com a função precípua de aconselhar, recomendar
157e aprovar; 2º Coordenação e controle do PNRH, integrado pela ANA, a SRH/MMA e o GTCE, formado
158por técnicos dessas duas; e, 3º Execução dos programas e subprogramas. O Sr. Ney Maranhão (ANA)
159destacou os diferentes documentos de acompanhamento para informação interna e externa a serem
160produzidos no âmbito do GTCE: 1. Informe anual dirigido ao CNRH, para conhecimento do progresso
161dos resultados parciais alcançados na execução dos Programas; 2. Relatório de conjuntura previsto pela
162Resolução CNRH nº 58; 3. Relatório do SIGEOR, produzido a cada quatro anos como um instrumento de
163revisão quadrienal do Plano. Finalizada a apresentação, o **Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA)** agradeceu
164a participação do Sr. Ney Maranhão (ANA) e colocou a matéria em discussão. Houve intervenções do Sr.
165João Clímaco (ONGs), da Sra. Cristina Yuan (Indústria), do Sr. Marcelo Sampaio (SEAP-PR), todas
166devidamente esclarecidas pelo Sr. Ney Maranhão (ANA). **O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA)**
167colocou então a proposta de resolução (**Anexo IV**) em votação, que foi aprovada na forma conforme
168**Anexo V**, inseridas as modificações propostas pela Sra. Cristina Yuan (Indústria). Passou então ao **Item**
169**2.2 – Deliberação sobre proposta de Resolução que estabelece os procedimentos, prazos e formas para**
170**promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacia**
171**Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo**
172**uso da água, referidos no inc. II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo**
173**art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000**. Convidou o Sr. Rodrigo Speziali, Presidente da CT de Cobrança pelo
174Uso de Recursos Hídricos – CTCOB, para apresentação sobre a matéria. **O Sr. Rodrigo Speziali**
175(SRH/MMA) iniciou lembrando que a temática dessa proposta de Resolução (**Anexo VI**) seria recorrente
176no âmbito do Conselho, derivada da Resolução CNRH nº 41, de 2004. Disse que a intenção na elaboração

177 dessa proposta teria sido o estabelecimento de procedimentos definitivos para subsidiar a definição a cada
178 ano, pelo CNRH, das prioridades de aplicação dos recursos da cobrança. Ressaltou que ela diria respeito
179 aos recursos decorrentes do pagamento pelo uso da água pelo setor de geração de energia hidrelétrica, não
180 se tratando daqueles recursos auferidos junto aos demais usuários locados na área de abrangência dos
181 Comitês, que aí seriam responsáveis pela definição da sua aplicação. Em seguida, explicou aspectos
182 técnicos da proposta. O **Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA)** agradeceu então a presença do Sr. Rodrigo
183 Speziali (SRH/MMA) e abriu para questionamentos. O **Sr. João Clímaco (ONGs)** disse que ainda teria
184 algumas dúvidas relacionadas à adoção do princípio da participação nessa proposta de Resolução, apesar
185 dos questionamentos dirimidos junto à Secretaria Executiva do CNRH. Expôs seu entendimento que essa
186 proposta estaria privilegiando a centralização da discussão nos órgãos gestores de recursos hídricos, em
187 detrimento do princípio da participação social. Solicitou então esclarecimentos referentes ao artigo 3º,
188 comentando que essa proposta de Resolução deveria desempenhar um papel estimulador para a atividade
189 dos conselhos estaduais. Para tanto, sugeriu a inserção de um parágrafo prevendo que, na inexistência dos
190 conselhos estaduais, a consulta deveria ser feita aos comitês de bacia hidrográfica. Sugeriu ainda que,
191 para o mesmo caso, poderia ser estudado um mecanismo mais participativo, como audiências públicas. O
192 **Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA)** passou em seguida a palavra ao **Sr. Carlos Eduardo Alencastre**
193 **(Comitês)**, que teceu comentários sobre o artigo 9º, questionando a existência do seu parágrafo único, de
194 definição do grupo com cinco participantes, o que poderia restringir sua abrangência. Propôs que essa
195 composição fosse debatida e definida na CTCOB. Assim, sugeriu a supressão desse parágrafo. A **Sra.**
196 **Patrícia Boson (Indústria)** afirmou que o CNRH teria a obrigação, em seus atos normativos, de
197 fortalecer o Sistema. Portanto, votou pela permanência do parágrafo primeiro do art. 3º. Assim, o **Sr.**
198 **João Bosco Senra (SRH/MMA)** solicitou ao Sr. João Clímaco (ONGs) que redigisse a sua proposta de
199 nova redação para o citado parágrafo primeiro, não sem antes expor seu entendimento que a preocupação
200 do Conselheiro estaria contemplada na redação original proposta. O **Sr. João Clímaco (ONGs)** aquiesceu
201 e retirou sua proposta, solicitando que a sociedade civil estivesse representada no grupo previsto. O **Sr.**
202 **João Bosco Senra (SRH/MMA)** colocou então a proposta de Resolução em votação, dizendo que em
203 seguida colocaria os destaques da Sra. Cristina Yuan (Indústria) e do Sr. Carlos Eduardo Alencastre
204 (Comitês). A proposta de Resolução foi então aprovada. A redação do inc. III, art. 9º, foi aprovada em
205 seguida da seguinte forma: “elaborar e encaminhar relatório ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos
206 sobre a aplicação dos recursos e eventuais não conformidades verificadas nos incisos anteriores”. Já o
207 parágrafo único do art. 3º, ficou assim aprovado: “o grupo de trabalho será indicado pela CTCOB,
208 refletindo a representatividade do CNRH”, não especificando o número de participantes. A proposta de
209 Resolução ficou então conforme **Anexo VII**. Finalizando, o **Sr. Rodrigo Speziali (SRH/MMA)** sugeriu
210 que a Secretaria Executiva tomasse providências para que fosse deflagrado o processo para definição das
211 prioridades de aplicação dos recursos da cobrança para o ano de 2008, em tempo hábil para inclusão no
212 PPA 2008-2011. A proposta foi aprovada pelo plenário. O Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) passou
213 então ao **Item 3.1 – Apresentação sobre o Sistema de Acompanhamento e Avaliação da Implementação**
214 **da Política de Recursos Hídricos – SIAPREH**. Convidou a **Sra. Manuela Moreira (SRH/MMA)** para
215 apresentação da matéria (**Anexo VIII**), que iniciou com um histórico do SIAPREH, cuja organização
216 teria se iniciado em 2001, sendo empreendido atualmente um grande esforço para dotá-lo de suporte
217 computacional visando o acesso às informações e a emissão de relatórios de maneira mais ágil. Comentou
218 sobre o envio da solicitação de informações para o SIAPREH aos conselhos estaduais de recursos
219 hídricos com pelo menos uma reunião realizada após a criação, assim como aos comitês com mais de dois
220 anos de funcionamento, e aos órgãos estaduais, secretarias e autarquias na esfera federal, SRH e ANA.
221 Destacou a atividade do GT criado no âmbito da CTIL para subsidiar os trabalhos de estruturação do
222 SIAPREH. Referindo-se aos retornos do questionário encaminhado, indicou que alguns comitês não
223 teriam respondido, como o do Piracicaba, Capivari e Jundiá, além do Verde Grande, bem como de alguns
224 Conselhos em atividade, como de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Distrito Federal.
225 Disse que o GT da CTIL teria se ocupado ainda de estratégias para incentivar o envio de respostas ao
226 questionário do SIAPREH. Como próximos passos de desenvolvimento do SIAPREH, a Sra. Manuela
227 Moreira (SRH/MMA) destacou a finalização do *software* e a formulação de estratégias de consolidação.
228 Após a sessão de perguntas e respostas, o Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA) passou ao **Item 3.2 –**
229 **Apresentação do Relatório de Andamento da Instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio**
230 **Paranaíba**. Convidou o Sr. Rodrigo Flecha (ANA) para apresentação sobre o Relatório (**Anexo IX**). O
231 **Sr. Rodrigo Flecha (ANA)** falou sobre as dificuldades ocorridas no ano de 2006 que teriam impedido
232 que fossem firmados os convênios pretendidos com os três Estados integrantes da bacia (GO, MG e DF),
233 na implementação do Programa de mobilização para instalação do Comitê. Esses fatos, prosseguiu, não
234 teriam impedido a realização de três Oficinas com a participação do grupo de apoio da Diretoria
235 Provisória do Comitê, nas cidades de Goiânia-GO, Patos de Minas-MG e Caldas Novas-GO. Listou em

236seguida alguns produtos desenvolvidos até o momento: apostila para capacitação de mobilizadores; layout
237do material de divulgação; documento de normas, critérios e procedimentos para o processo eleitoral,
238como uma minuta do regimento interno; criação de um grupo para o mapeamento dos atores envolvidos
239da sociedade civil, usuários e poder público. Disse que, atualmente, já estariam assinados os convênios
240com os Estados envolvidos. Apontou que as próximas etapas se referiam ao processo de mobilização
241propriamente dito, como a seleção dos coordenadores regionais e a produção do material de divulgação,
242desaguando no processo de habilitação e realização de plenárias, com a posse dos membros e eleição da
243Diretoria previstas para o final deste ano de 2007. Finalizou destacando a preocupação vigente com a
244manutenção das atividades do Comitê após a sua efetiva implementação, além da importância da sua
245integração com os comitês estaduais já formados em sua área de abrangência. O **Sr. João Bosco Senra**
246(**SRH/MMA**) abriu então para perguntas. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) comentou que o processo de
247implementação desse Comitê estaria seguindo um caminho diferente dos anteriores, questionando quais
248as vantagens percebidas/esperadas. O **Sr. Helder Torres (MME)** se colocou à disposição para
249encaminhar informações sobre os pólos de mineração na área do Comitê, assim como das áreas em
250pesquisa para exploração. O **Sr. João Clímaco (ONGs)** lembrou como teria sido efetiva a participação da
251sociedade no processo para a criação desse Comitê, tendo causado algum tipo de desilusão a forma de
252disputa ocorrida para a indicação da Diretoria Provisória, num embate de interesses entre a sociedade e o
253Estado. Comentou sobre o ceticismo existente no âmbito do FONASC com tentativas como essa de
254organização da sociedade por parte do Estado. Prosseguindo, sugeriu que todos os planos de mobilização
255sejam encaminhados para apreciação no âmbito da CTEM, visando um acompanhamento e não
256monitoramento, cumprindo-se assim o papel dessa Câmara. Já nas respostas, o Sr. Rodrigo Flecha (ANA)
257disse para a Sra. Patrícia Boson (Indústria) da dificuldade de se fazer a avaliação solicitada, sendo
258utilizado como um termômetro do processo a efetiva participação dos segmentos envolvidos. Ao Sr. João
259Clímaco (ONGs), sugeriu que o FONASC atuasse inserindo representantes no grupo de apoio ao
260processo, comentando que realmente seria salutar a participação da CTEM. Por oportuno, o **Sr. José**
261**Machado (ANA)** solicitou a palavra para destacar as dificuldades enfrentadas na implementação e
262instalação desse e dos demais Comitês. Disse que o Estado tinha a sua importância no processo de criação
263dos Comitês, em especial na organização do processo. O **Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA)** agradeceu
264o Sr. Rodrigo Flecha (ANA) pela apresentação e passou aos **Informes**. A **Sra. Ninon Machado (ONGs)**
265fez a leitura de um documento a ser encaminhado às Câmaras Técnicas do CNRH, cujo objeto refere-se à
266interligação de bacias hidrográficas cuja regulação não está prevista na legislação vigente (**Anexo X**). Em
267seguida, falou sobre a importância de se colocar na pauta do CNRH a discussão sobre pontos da Lei nº
2689.433, de 1997, ainda não regulados pela legislação vigente, com destaque para a o artigo 12, § 2º, que
269precisaria ser interpretado tendo em vista o artigo 52 dessa mesma Lei. Nesse mesmo sentido, ressaltou
270ainda a necessidade de aperfeiçoamento sobre a questão da interligação de bacias. O **Sr. João Bosco**
271**Senra (SRH/MMA)** disse que esses temas deveriam ser encaminhados para análise das Câmaras
272Técnicas. Referindo-se à segunda questão apresentada, lembrou que este Conselho não aprovara uma
273proposta de resolução encaminhada pela CTAP, de regulamentação do inc. III, art. 35, da Lei nº 9.433, de
2741997. O **Sr. João Clímaco (ONGs)** informou que estaria encaminhando para análise, no âmbito do
275CNRH, algumas propostas de resoluções e moções, discutidas no âmbito do FONASC, dentre elas as
276propostas de resolução que dispõe sobre “a criação do Cadastro Nacional de Conflitos e Demandas Sócio
277ambientais relacionadas aos usos múltiplos de recursos hídricos no país” e sobre “a sinalização e
278informação à população de áreas delimitadas vizinhas ou adjacentes aos corpos d’água ou parte desses,
279comprovadamente poluídos e com potencial de risco à saúde, às atividades humanas e à biodiversidade”.
280Falou que, a intenção é que essas propostas protocoladas sejam discutidas no âmbito das Câmaras
281Técnicas do CNRH. Prosseguindo, solicitou à Secretaria Executiva a disponibilização de informações
282para acompanhamento por parte do segmento da sociedade civil, sobre o estágio da gestão e do
283gerenciamento nos atuais empreendimentos hidroenergéticos e seus impactos sociais nos rios Tocantins,
284Madeira e Parnaíba, visto o seu entendimento pela pouca efetividade da participação da sociedade civil
285nesses casos. O Sr. João Clímaco (ONGs) passou a palavra então ao Sr. Paulo Fernandes Cardoso,
286Presidente do Conselho Popular de Defesa dos Direitos Humanos dos Moradores do Bairro Felicidade -
287COPODHEMFE, em Belo Horizonte-MG. O **Sr. Paulo Cardoso** deu bom dia a todos e informou sobre a
288legalidade dessa instituição, sua atuação nos preceitos da defesa dos direitos humanos e da qualidade de
289vida. Explicou que a COPODHEMFE surgira da mobilização da sociedade para a recuperação do córrego
290Tamboril e a manutenção da mata dos Werneck, única área verde da regional norte da cidade de Belo
291Horizonte. Esclareceu que a indicação do Sr. João Clímaco (ONGs) como representante dessa entidade no
292CNRH se dera pela competência, representatividade e legitimidade da sua representação, ressaltando o
293seu repúdio a qualquer pessoa que, sem conhecimento de causa e com fins escusos, viesse a tentar
294deslegitimar a eleição da COPODHEMFE, que estaria completando 18 anos de criação e teria interesse

295em participar politicamente do CNRH, contribuindo com o avanço da Política Nacional de Recursos
296Hídricos. Entregou então o documento lido (**Anexo XI**). Com a palavra a **Sra. Laura Costa (ONGs)**, que
297devido ao plenário estar esvaziado, pediu que constasse em ata que os conselheiros pudessem participar
298até o final da reunião. Disse que investimento em saneamento urbano se revertia em segurança pública,
299pois qualquer investimento em qualidade de vida se reverteria em segurança. Repassou a programação
300(**Anexo XII**) do debate promovido pelo CEDEA – Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental, sob
301o título “Rios, barragens e geração de energia elétrica no Paraná”, no último dia 14 de março, no
302Plenarinho da Assembléia Legislativa do Paraná, em comemoração ao Dia Internacional de Luta contra
303Barragens. Disse que esse evento contou com a participação de representantes do movimento ambiental,
304do sindical e de atingidos por barragens, com grande contribuição dos Ministérios Públicos Estadual e
305Federal. Pediu que fossem registrados alguns dados importantes, como: de toda a energia consumida
306pelo setor industrial no Brasil, 28,8% são utilizados pela indústria de alumínio, uma das que mais
307consome água e energia, e polui os cursos de água; 20,6% são consumidos pela siderurgia; a produção de
308pasta de celulose consome cerca de 12.7%, e a produção de papel 11,1%. Encaminhou indagações
309referentes ao desenvolvimento futuro que se quer para o País; que a Região Hidrográfica do Rio Paraná
310está com sua contribuição saturada para geração de energia elétrica, atingindo uma situação que, no
311Paraná, não cabe mais a construção de usinas hidrelétricas. Concluiu esse assunto dizendo que o Comitê
312do Rio Tibagi se posicionou contra a UHE de Mauá, no Rio Tibagi; e a I Conferência da Agenda 21 do
313Vale do Ribeira – PR e SP se posicionou também contrária à UHE de Tijuco Alto e, todas as outras
314previstas para o rio Ribeira. A **Sra. Laura Costa (ONGs)** disse então que, considerando a característica
315participativa desse processo, o Comitê deveria ter sido respeitado e considerado, sob pena de que se
316configurasse em choque com a proposta de gestão democrática participativa do País. Por último, relatou a
317criação da Associação de Moradores do Rio Ressaca, em São José dos Pinhais-PR, como uma
318contribuição à gestão participativa de uma microbacia. Falou que aconteceria no dia 2 de abril, uma
319discussão sobre mudanças climáticas, a gestão municipal e a agricultura e, no dia 10 de maio, o Seminário
320do Vale do Ribeira, em Cerro Azul-PR, sobre o replantio e recuperação de mata ciliar de todos os rios do
321vale, como parte de um projeto de recuperação do Vale do Rio Ribeira. Em prosseguimento aos Informes,
322o **Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA)** passou a palavra à **Sra. Liene Pereira**, que se apresentou como
323especialista em gestão de recursos hídricos e meio ambiente, e comentou que teria várias demandas, mas
324que se ateria a apenas uma referente à importância da criação de estruturas para que a sociedade civil
325possa ter acesso à dinâmica do processo de discussão da gestão de recursos hídricos, indicando que o
326Estado deveria viabilizar esse espaço. Referiu-se a um convênio entre o MMA, os Estados do Piauí e do
327Ceará, a CODEVASF, o Departamento Nacional de Obras contra Secas – DNOCS para a promoção da
328gestão ambiental. Disse que nesse convênio estaria prevista a criação do grupo de articulação institucional
329do Pró-Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Potilongá e do seu grupo técnico-operacional, não estando
330assegurado o espaço para a sociedade. Disse que futuramente encaminharia a este CNRH, via FONASC,
331essas e outras demandas e agradeceu a oportunidade. O **Sr. João Bosco Senra (SRH/MMA)** ratificou
332então o convite para a participação de todos, às 14h30, no Hotel Nacional, na Oficina de Detalhamento
333dos Programas e Subprogramas do PNRH. **Encerramento.** Assim, às 13h00, o **Sr. João Bosco Senra**
334(**SRH/MMA**) deu por encerrada a XX Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos
335Hídricos e disse que, uma vez aprovada pelo Plenário do CNRH, a presente ata seria assinada por ele,
336Secretário Executivo do CNRH, e pela Ministra Marina Silva, Presidente do CNRH.

337Ata aprovada na 17ª Reunião Ordinária do CNRH, realizada em 14 de junho de 2007.

338

339

340

Marina Silva
Presidente

João Bosco Senra
Secretário Executivo